

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Correio Braziliense

CLASS. : 192

DATA : 14 08 87

PG. : 6

Conselho de Genebra protesta

O Conselho Mundial de Igrejas enviou ontem mensagem ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, lamentando profundamente as notícias de que as entidades católicas brasileiras, notadamente o CIMI e a CNBB, estivessem articulando um movimento contrário à soberania do Estado brasileiro em terras indígenas na Amazônia.

A carta, que tem a assinatura do reverendo Emílio Castro, secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas, condena matéria publicada inicialmente pelo jornal "O Estado de S. Paulo", que vem — segundo a entidade — perturbar o Congresso Constituinte com uma referência tendenciosa e distorcida sobre a atuação das Igrejas brasileiras.

Ainda na mensagem, o Conselho assegura que a única declaração oficial sobre povos indígenas e

seu direito a terra foi aprovada em julho de 1982, com o seguinte "desafio" às Igrejas membros:

"A luta dos povos indígenas pelos seus direitos a terra desafia as Igrejas a serem fiéis ao evangelho da reconciliação e a afirmação bíblica da criação de todos os seres humanos à imagem de Deus. A exigência da justiça é essencial para essa reconciliação. A revelação de Deus tem levado os cristãos a uma nova compreensão de responsabilidade profética de proclamar a prioridade bíblica da justiça. Por isso, cabe à Igreja expressar solidariedade com os oprimidos por todas as formas compatíveis com a fé e reconhecendo sua culpa no pecado do racismo. As tentativas de negar aos povos indígenas sua identidade, somente podem ser contestadas quando os oprimidos são capacitados espiritual, econômica e politicamente."

O Conselho Mundial das Igrejas termina reafirmando a declaração do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil sobre a garantia dos direitos dos índios na nova Constituição.

O pastor Silvio Schneider, secretário de imprensa da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, e que transmitiu a comunicação da entidade geral de Genebra para o deputado Ulysses Guimarães, interpretou o documento como uma forma de refutar qualquer hipótese de o Conselho visar estabelecer o conceito de soberania restrita em terras indígenas, com vistas à exploração de recursos minerais.

Ao final do documento, o reverendo Emílio Castro abençoa o Congresso Constituinte e ressalta ter esperança de que o mesmo "reafirme as melhores tradições da justiça do Brasil".